



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 23 DE ABRIL DE 2019 - Nº 08/2019 - MANDATO 2017 – 2021

Aos vinte e três dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Carlos Jorge Duarte Pereira, João Pedro Costa Arraiolos, António da Conceição Moreira e Alzira Agostinho, em substituição de Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes. Secretariou a reunião Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 1 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 07/2019 - Reunião realizada no dia 12/04/2019.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 2 – 15º Relatório Semestral do PSF- Plano de Saneamento Financeiro

Remeter à Assembleia Municipal

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

Ponto 3 – Prestação de Contas do ano de 2018.

Remeter à Assembleia Municipal.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:



Ponto 4 – Proposta – Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro.

Remeter à Assembleia Municipal.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e vinte minutos, que cumprimentou todos os presentes e distribuiu de seguida o resumo diário de tesouraria referente ao dia onze de Abril de dois mil e dezanove, com um total de disponibilidades de 502.529,76 Euros (quinhentos e dois mil e quinhentos e vinte e nove euros e setenta e seis cêntimos.).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Presidente deu de seguida a palavra aos Vereadores, para colocarem questões de interesse para o Município.

Vereadora Alzira Agostinho

Colocou uma questão relacionada com a recolha de monos, perguntando se a recolha uma vez por mês, na ultima quinta-feira de cada mês, é suficiente para dar resposta às necessidades da população, sobretudo nesta época da primavera, em que as pessoas fazem mais limpezas nas suas casas. Pretende também saber qual o destino que é dado aos monos.

Vereador António Moreira

Perguntou qual o ponto de situação dos balneários do Estádio Municipal. Disse que tem assistido com alguma apreensão a algumas trocas de opinião entre o Município e alguns munícipes sobre fotografias da Barragem. Referiu que foi informado de uma situação que estava a acontecer na barragem, numa saída de águas das “Águas do Ribatejo” e que se deslocou ao local, tirando umas fotografias, que mostrou ao Presidente e perguntou se este lhe garantia que o que observou não tem influência na situação da barragem ou se não é prejudicial para os peixes e para a própria barragem, pela entrada de pequena quantidade de produto não correto. Considerou ainda que,



em caso contrário, as “Águas do Ribatejo” devem assumir a responsabilidade e ajudarem, em colaboração com a Câmara Municipal, a resolver o problema que ajudaram a criar.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Fez a relação dos serviços efetuados desde a reunião de Câmara anterior, com destaque para a preparação das comemorações do dia vinte e cinco de Abril e os melhoramentos realizados junto ao paredão da barragem.

Presidente

Começou por responder à questão do Vereador António Moreira sobre a Barragem, mencionando que, com base nas fotografias apresentadas, a Câmara vai transmitir o facto às “Águas do Ribatejo” e vão tentar perceber o eventual impacto que estas descargas têm no plano de água. Recordou no entanto que as “AR” já foram confrontadas com esta situação e que já tiveram oportunidade de responder de forma tecnicamente sustentada, tendo essa resposta sido dada na altura ao Executivo Municipal. Reiterou que o que a empresa sempre disse é que não há qualquer impacto das descargas sobre a barragem, oriundas da lavagem dos filtros da ETA. Esclareceu que as lamas são retiradas por uma empresa especializada e encaminhadas para os locais próprios e que o que escorre para a barragem são águas com alguns detritos e elementos naturais, que não provocam poluição nem eutrofização na massa de água. Explicou que se fosse essa a razão de mortandade de peixes, não teriam morrido peixes antes da construção da ETA, o que não se verificou, uma vez que mesmo antes da construção da ETA e dessas descargas já havia peixes mortos, sobretudo no início de períodos mais quentes e na fase de transição para o outono. Recordou que, mesmo assim, houve anos em que não houve mortandade de peixes, mesmo depois da Estação já estar implantada. Remeteu o problema para a eutrofização, ou seja, excesso de matéria orgânica, escassez de oxigénio e a proliferação de algas que impedem a luz e o oxigénio de chegar aos extratos mais baixos da Barragem, com a acumulação de lodo, que não é limpo desde a construção da Albufeira. Recordou que este é um problema comum a muitas massas de água semelhantes, algumas até com destino a consumo animal e humano, o que não é o caso da nossa. Transmitiu que vai fazer chegar ao Vereador a última informação das “AR” sobre esta questão, mas vai voltar a questionar a empresa, tendo em conta as fotografias que foram apresentadas. Referiu-se de



seguida a algumas fotografias da Barragem que circularam nas redes sociais, chamando a atenção para a manipulação dessas fotos, que não correspondem à realidade. Deu nota que nesta data a Câmara recebeu uma comunicação da APA sobre um pedido formal, que foi feito depois de uma reunião realizada em Lisboa. Explicou que se a origem do problema da Barragem fosse a ETA, antes da sua instalação não teria havido mortandade de peixes e depois da sua instalação os problemas seriam constantes, considerando que as lavagens dos filtros são feitas de oito em oito horas. Disse ainda que, com as obras de ampliação da ETA e o aumento da capacidade de tratamento da água, todo o processo será diferente e vai deixar de haver escorrências de águas para a barragem.

O Vereador António Moreira perguntou porque razão isso não foi feito de início, porque razão as lamas não são transportadas por um camião cisterna para local apropriado e disse que a escorrência de águas dos filtros da ETA é um dos problemas da Barragem, como o é as águas das chuvas e os pescadores.

O Presidente refutou esta opinião, reafirmando que as “Águas do Ribatejo” dizem que não é essa a causa, afirmando que essas escorrências não são prejudiciais às águas da Albufeira.

O Vereador Carlos Jorge disse que as águas da lavagem dos filtros são feitas duas e três vezes por dia e que se essas águas fossem prejudiciais haveriam peixes mortos todos os dias, o que não acontece.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Referiu-se à questão dos monos, confirmando que a recolha é feita na última quinta-feira de cada mês, mas a recolha é feita diariamente por funcionários da autarquia e acha que agendar mais um ou dois dias de recolha, não iria solucionar o problema. Disse que muito do lixo que é colocado junto aos contentores, não é feito por pessoas de Alpiarça e deu alguns exemplos disso mesmo. Esclareceu também que sempre que algum munícipe liga para a Câmara a solicitar a recolha de alguns monos, esse serviço é efetuado assim que possível. Em relação ao destino dos monos, estes são transportados para o estaleiro da zona industrial e posteriormente para o aterro da Ecoléziria.

Vereadora Alzira Agostinho

Entende que a recolha na casa das pessoas será para evitar a acumulação de monos junto aos contentores e que, se não fosse só uma vez por mês, permitiria que a resposta, que mesmo não



sendo imediata, seria pelo menos a curto prazo, criando até outros hábitos de reciclagem e evitando a colocação de lixos pelos campos. Acha que a questão dos monos deve ser agilizada de outro modo, criar outros hábitos, para evitar que as pessoas despejem o lixo em qualquer lugar, sugerindo que sejam revistos os procedimentos.

Vereador Carlos Jorge Pereira

Em relação à questão dos monos respondeu que, na maioria das situações, se tenta dar resposta no próprio dia ou no dia seguinte ao pedido de recolha de monos. Entende que não há necessidade de estar a introduzir mais um dia de recolha, quando esse trabalho é feito quase diariamente, quando solicitado.

Vereador João Pedro Arraiolos

Referiu-se à questão dos balneários do Estádio Municipal dizendo que a obra está dotada de um valor mínimo em termos orçamentais, havendo a perspetiva, no ano anterior, de apresentar uma candidatura que não se concretizou. Admitiu que, no ano corrente, se poderá iniciar a intervenção, que pode não ser total, tendo em conta a concretização ou não de uma possível candidatura, que em caso positivo permitiria a concretização total da obra.

Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto 1 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 07/2019 - Reunião realizada no dia 12/04/2019.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

A Vereadora Alzira Agostinho propôs as seguintes alterações: na página seis, linha oito, onde se lê “...a sua língua é o inglês;”, deve ler-se “...a sua língua de comunicação é o inglês;”; na página oito, linha cinco, onde se lê “...quais as medidas que vão ao encontro...”, deve ler-se “...quais as medidas



referidas no preâmbulo da proposta que vão ao encontro...”; na página oito, linhas cinco e seis, retirar a frase “Fez uma referência ao projeto no capítulo das inundações, achando que o que se prevê mais são os períodos de seca.” e substituir por “Referiu que o que se prevê é mais períodos de seca e inundações repentinas.”; na página oito, linha oito, onde se lê “...cumprir esta medida.”, deve ler-se “...cumprir esta medida prevista no projeto.”; na página oito, linha catorze, onde se lê “...definiu prioridades para dar cumprimento...”, deve ler-se “...definiu prioridades e calendarização para dar cumprimento...”.

O Presidente propôs as seguintes alterações: na página dois, no Período antes da ordem do dia, primeira linha, onde se lê “...foi inaugurado hoje,”, deve ler-se “...foi inaugurado na presente data,”; na página quatro, linha vinte e dois, onde se lê “...sobretudo por pressão dos trabalhos...”, deve ler-se “...sobretudo por pressão da necessidade de mão de obra dos trabalhos...”; na página cinco, linha cinco substituir “Pinhal da torre” por “Pinhal da Torre”.

Com as alterações propostas, o Presidente colocou a Ata à votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.

Ponto 2 – 15º Relatório Semestral do PSF- Plano de Saneamento Financeiro

Remeter à Assembleia Municipal

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O Presidente realçou que este pode ser o último relatório semestral do PSF; relatórios que foram uma constante ao longo dos últimos anos, desde dois mil e onze. Estes relatórios foram dando conta da evolução da situação financeira do Município e do grau de execução e de cumprimento do Plano. Afirmou que, de acordo com o que estava estabelecido no Plano de Saneamento, nem sempre de uma forma completamente linear e correspondendo ao que foi antevisto, mas o que é certo e definitivo é que o Plano foi sendo cumprido. Assim, tal facto ocasionou a recuperação financeira do Município, atingindo algum nível de equilíbrio financeiro depois de uma situação muito difícil, sobretudo nos anos de dois mil e oito e dois mil e nove, que colocaram o Município de Alpiarça numa situação de desequilíbrio financeiro estrutural. Recordou que um plano de reequilíbrio financeiro seria mais gravoso e imporia necessariamente as taxas máximas dos impostos municipais, o que não aconteceu com o plano de saneamento. Mencionou que este



permitiu que Alpiarça, mesmo com o PSF, mantivesse durante alguns anos a taxa mínima de IMI e que outras taxas e tarifas não fossem atualizadas. Permitiu também a continuação de uma política de apoio ao movimento associativo e ao movimento social. Sublinhou que o Plano de Saneamento Financeiro cumpriu no essencial o seu papel, com efeitos muito positivos e antes do que estava previsto.

O Vereador João Pedro Arraiolos referiu que o Plano de Saneamento Financeiro surgiu ao abrigo de uma lei de dois mil e oito e da Lei das Finanças Locais na altura e que posteriormente surgiu a Lei dos Compromissos, que criou alguns condicionalismos acrescidos em relação a situações que se registavam anteriormente. Disse que, na sequência do PSF, foi possível contrair um empréstimo no valor de seis milhões cento e oitenta e cinco mil euros e que no final de dois mil e dezoito esse mesmo empréstimo tinha uma dívida de três milhões cento e noventa e um euros, cerca de três milhões a menos em relação ao valor que foi inicialmente contratado. Realçou que o PSF resultou de uma dívida superior a treze milhões de euros, que era dividida em cerca de seis milhões e meio de médio e longo prazo e o restante de curto prazo. Sublinhou ainda que, no ano de dois mil e dezoito, face ao que estava previsto em termos do PSF, foi cumprido ao nível da receita na ordem dos noventa e quatro por cento e ao nível da despesa na ordem dos noventa e três por cento, o que significa que, de um modo geral, muito se tem feito em relação ao início do Plano, para que se cumpra o que estava estabelecido, no sentido de criar condições para que o Município de Alpiarça possa funcionar de uma forma totalmente normal. Acrescentou que se está numa trajetória de maior normalidade, embora ainda com algumas dificuldades de tesouraria, mas que, em termos contabilísticos e da realidade do Município de Alpiarça é uma realidade completamente diferente, onde existe um endividamento de praticamente metade do que existia em dois mil e nove e a suspensão do PSF é um reflexo da trajetória que tem sido feita, que o executivo sempre defendeu como sendo a mais correta.

A Vereadora Alzira Agostinho solicitou alguns esclarecimentos, nomeadamente em relação a discrepâncias entre o que foram as despesas em dois mil e dezassete, o que foi orçamentado para dois mil e dezoito e o que foi concretizado. Deu alguns exemplos e pediu mais esclarecimentos sobre os valores de algumas rubricas.

O Vereador António Moreira colocou também algumas dúvidas relativamente a transferências correntes e ao valor do FEF, bem como à execução de passivos financeiros.



O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu às questões colocadas sobre o relatório, dizendo que algumas discrepâncias têm a ver com condicionantes do orçamento. Esclareceu as questões relacionadas com as rubricas referidas pelos Vereadores.

Nuno Miguel Tendeiro Paulino, Dirigente Intermédio de 3º Grau da Unidade Orgânica Financeira da Câmara Municipal de Alpiarça, prestou também alguns esclarecimentos, mostrando-se disponível para fazer uma explicação mais pormenorizada, fazendo-a chegar aos Vereadores.

O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu a mais algumas questões colocadas pelo Vereador António Moreira.

Esgotada a discussão, o Presidente colocou o 15º Relatório Semestral do Plano de Saneamento Financeiro à votação.

O Documento foi aprovado por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).
Deliberado ainda remeter para discussão e votação na Assembleia Municipal.

Ponto 3 – Prestação de Contas do ano de 2018.

Remeter à Assembleia Municipal.

Município de Alpiarça

Para Deliberação:

O Vereador João Pedro Arraiolos começou por dizer que este é um documento técnico e político, sendo que se trata de descrever toda a atividade do Município, durante o ano de dois mil e dezoito, bem como todas as contas. Disse que a atividade municipal é uma atividade muito vasta e que houve uma grande penalização do Poder Local Democrático, essencialmente entre os anos dois mil e onze e dois mil e quinze, que complicou toda a recuperação do Município. Apesar disso o Município de Alpiarça, pela primeira vez, desde dois mil e oito, baixou o excesso de endividamento, tendo um rácio de endividamento de 1,32 (um virgula trinta e dois), sendo o limite de 1,5 (um virgula cinco). Realçou que em dois mil e nove esse rácio era de 2,7 (dois virgula sete). Em relação à prestação de contas relativa ao ano de dois mil e dezoito, no que diz respeito aos principais investimentos previstos, concretizou-se a ampliação e revitalização do Jardim Municipal e foi obtido o visto positivo do Tribunal de Contas para a revitalização e requalificação do Mercado Municipal. Foi também aprovada a candidatura ao Programa Operacional do Alentejo, para a eficiência energética, com a substituição de todas as lâmpadas por Leds. Recordou que tudo isto



resulta de uma diminuição de dívida de cerca de seis milhões de euros, onde no ano de dois mil e dezoito foram realizadas um conjunto de atividades culturais, desportivas e de promoção e afirmação do Concelho de Alpiarça. Realçou também a integração de vinte e dois funcionários, ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários, diminuindo a precariedade no Município.

A Vereadora Alzira Agostinho perguntou se os valores do quadro da análise evolutiva da receita, da prestação de contas, não têm que corresponder ao quadro da página cinco do PSF, mapa demonstrativo da receita cobrada ao longo do período. Observou que houve um aumento de funcionários, mas depois também houve um aumento de horas extraordinárias, concretamente na área administrativa e financeira e obras e serviços urbanos. Referiu que, já na parte das conclusões do relatório, há uma parte do texto com o qual não concorda, alegando que se trata de um relatório objetivo e que não tem que se saber qual é a opinião do relator, porque nesse caso passaria a ser um texto de opinião. Propõe a retirada de parte do texto. Comentou também o facto de ter diminuído o numero de utilizadores da Biblioteca e questionou a necessidade de estruturação da área do turismo e se isso passa por estabelecer um plano estratégico, que está em vias de concretização, não passando apenas pela abertura de novos espaços. Considerou que seria importante ver integrado no documento algo que tivesse sido feito sobre o Paul da Gouxa, que se tivesse recuperado o observatório das aves, que se tivessem recuperado e reabilitado os espaços arqueológicos, a quinta pedagógica, que se tivesse começado o parque para auto-caravanas e a recuperação da aldeia do Patacão. Fez uma referência aos pequenos campos de lazer nos lugares e perguntou se existem atividades organizadas e se se entende que as atividades descritas no documento tiveram impacto na vida dos municípios ou contribuíram para o seu desenvolvimento social, cultural e económico.

O Vereador António Moreira referiu-se também aos parques desportivos dos lugares, dizendo que o campo do Frade de Cima está em boas condições e é usado com frequência pela Associação do Frade de Cima. Quanto ao Campo do Frade de Baixo referiu que está em mau estado, num estado de abandono total, não havendo registo de prática desportiva. Em relação aos documentos, disse que não recebeu os documentos em papel, em tempo oportuno. Fez uma referência à parte dos recursos humanos, dizendo que neste momento se está a chegar ao nível de funcionários de dois mil e nove. Falou também sobre a Albufeira dos Patudos, dizendo que não consegue entender



como é que dois chuveiros que introduzem tratamento com microrganismos, interferem na melhoria da água, no todo da barragem.

O Vereador João Pedro Arraiolos respondeu a algumas questões colocadas. Começou por falar das horas extraordinárias, dizendo que houve uma evolução de um ano para o outro de cerca de três mil euros, dos quais dois mil e quatrocentos euros foram para a Proteção Civil e que em dois mil e nove houve cento e oito mil euros de horas extraordinárias e em dois mil e dezoito cinquenta e quatro mil euros, ou seja metade. Quanto à conclusão do relatório na área da cultura, disse que de certa forma esta parte dos serviços tem algum enquadramento, na sequência do próprio relatório. No que diz respeito aos utilizadores da Biblioteca, referiu que esse não é um facto exclusivo da Biblioteca de Alpiarça. Há claramente uma diminuição de utilizadores de Pcs nas bibliotecas, que tem a ver com a possibilidade de uma franja maior da população em aceder a esse tipo de equipamentos, com acesso à internet. Sobre o numero de funcionários esclareceu que o município atingiu cerca de cento e quarenta funcionários em dois mil e dezassete e que em dois mil e nove tinha perto de duzentos, ou seja menos sessenta, para fazer os mesmos serviços. Disse que nunca se falou de funcionários a mais e recordou que em dois mil e cinco o município tinha duzentos e cinco funcionários, sem as escolas, que comportam cerca de cinquenta trabalhadores. Sublinhou ainda que a Câmara tinha, em dois e nove, trinta e nove contratos a prazo que, devido à situação herdada, se viu impedida de os renovar ou de abrir concursos para que as pessoas pudessem entrar, tendo que se recorrer aos programas de CEI e CEI+. Acrescentou que o numero de funcionários atual não é suficiente para todas as competências da autarquia e que se vai continuar a desenvolver esforços no sentido de atingir o numero suficiente para garantir as competências que estão atribuídas ao município.

O Vereador Carlos Jorge Pereira recordou, em relação ao número de utilizadores da Biblioteca, que nos anos de dois mil e treze, dois mil e catorze e dois mil e quinze, a biblioteca era muito frequentada por emigrantes, sobretudo da Roménia e da Ucrânia, que tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Quanto à questão do turismo, transmitiu que houve a inclusão de mais duas pessoas no Gabinete de Turismo, que estão a trabalhar no sentido de criar algumas dinâmicas nesta área. Informou que o Plano Estratégico para o turismo está publicado no site da Câmara.

O Presidente referiu-se à sugestão que foi feita pela Vereadora Alzira Agostinho, de retirar uma passagem do texto do relatório, relativamente a considerações feitas sobre o papel da cultura. O



Presidente entende que um relatório deve ser o mais objetivo possível, independentemente de se concordar ou não com algumas das opiniões descritas.

A Vereadora Alzira Agostinho faz uma proposta de alteração do texto, com o qual o Presidente concorda, mantendo a ideia e apresentando o texto pela positiva, considerando que a cultura não é apenas uma despesa, mas sim um elemento fundamental ao desenvolvimento social. O texto deverá assim ser reformulado.

O Presidente interveio ainda em relação à questão do pessoal, referindo que não se lembra, mesmo enquanto Vereador da oposição, de se fazer referência a excesso de pessoal. Sublinhou que há por vezes essa crítica, vinda de setores da direita, que criticam o excesso de funcionários públicos e municipais, o que é, na sua opinião, contrária à realidade, tendo em conta a responsabilização das autarquias, com a transferência de novas competências e de novas áreas de intervenção. Comentou também o facto da diminuição de utilizadores da Biblioteca, dizendo que os utilizadores tradicionais daquele espaço têm vindo a diminuir, pela razão de que muitos já tem computadores e telemóveis pessoais, com acesso à internet. Destacou o papel dos trabalhadores da Biblioteca, que têm tido uma atividade muito dinâmica, desenvolvendo um conjunto grande de atividades. Saliu ainda o rácio de endividamento, referido pelo Vereador João Pedro Arraiolos, que está já abaixo daquilo que é considerado como excesso de endividamento, o que acontece pela primeira vez, em dez anos, na Câmara de Alpiarça.

O Vereador António Moreira fez um reparo, relativamente ao relatório da Agroalpiarça e à minuta da Ata da Assembleia, considerando que faltam alguns elementos, como o local onde se realizou, a hora, quem esteve presente.

O Presidente disse que fica o registo e que poderá ser mais completo.

O Vereador João Pedro Arraiolos prestou alguns esclarecimentos sobre os documentos da Agroalpiarça.

Esgotada a discussão deste ponto, o Presidente colocou a Prestação de Contas do ano de 2018 à votação, que foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

Deliberado também remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 4 – Proposta – Suspensão do Plano de Saneamento Financeiro.

Remeter à Assembleia Municipal.



Município de Alpiarça

Para Deliberação:

o Vereador João Pedro Arraiolos fez a apresentação do ponto. Esclareceu que os municípios que se enquadram abaixo do excesso de endividamento, ou seja, com um rácio inferior a 1,5 (um virgula cinco) vezes a média da receita dos últimos três anos, têm a possibilidade de aprovar a suspensão do Plano de Saneamento Financeiro. Fez de seguida mais algumas referências aos pressupostos da proposta.

Não houve intervenções.

O Presidente colocou a proposta à votação, que foi aprovada por maioria, com três votos a favor (CDU) e duas abstenções (PS).

Deliberado remeter à Assembleia Municipal.

Terminado o Período da Ordem do dia, o Presidente deu a palavra aos Munícipes, dando início ao Período do Público.

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezassete horas e quarenta e dois minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.